



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO – PROCESSO N.º 015199/2025

RECURSO: PADARIA MAIS SABOR DO VALLE LTDA

ITEM: 73 – Pão de Hambúrguer

CONTRARRAZÃO: Não ouve

Referente à:

PROCESSO LICITATÓRIO ADMINISTRATIVO N° 03931/2025 (Flowdocs)

PREGÃO ELETRÔNICO N° 016/2025

DATA DA ABERTURA: 23 de Outubro de 2025

HORÁRIO: 10:00

O procedimento licitatório está sendo realizado na forma **ELETRÔNICA**, pela Plataforma BLL Compras, endereço: <https://bllcompras.com>.

DO OBJETO:

Constitui objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, em conformidade com as especificações contidas no edital e anexos.

Inicialmente informo que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO PARA REGISTRO DE PREÇO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos do Decreto Municipal nº 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e anexos. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 03/10/2025, no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 04/10/2025, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>, PNCP, Portal da transparência e Plataforma BLL Compras.

DA TEMPESTIVIDADE:

- O recurso foi interposto dentro dos prazos legais, portanto tempestivo, pela empresa **PADARIA MAIS SABOR DO VALLE LTDA**.
- Não houve apresentação de contrarrazão.

O documento foi protocolado nesta Prefeitura sob n.º 015199/2025 (Flowdocs). Sendo considerado os prazos do julgamento do presente processo o Art. 165, I e II, da Lei nº 14.133/2021.

DO INICIAL:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

A Agente de Contratações deste Município, instituída pela Portaria nº 0396/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 016/2025, julga e responde o recurso interposto pela empresa **PADARIA MAIS SABOR DO VALLE LTDA**, inconformada com a decisão que manteve a proposta da empresa Atendo Distribuidora Atacadista e Serviços Sociedades Unipessoal classificada no item 73 do certame em epígrafe.

Dispõe a lei em seu Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: “Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...)”.

DO RECURSO APRESENTADO:

No recurso, a RECORRENTE, **PADARIA MAIS SABOR DO VALLE LTDA**, alega que houve falha procedimental na fase de lances do item 73 do pregão.

1. Fatos principais

- A empresa RECORRENTE estava em primeiro lugar com o lance de R\$ 4,19.
- Às 12:30:09h, outro licitante - Alexandre Teixeira Virgínio ME - ofertou um lance evidentemente equivocado (R\$ 1,00) e solicitou imediatamente o cancelamento.
- O cancelamento só ocorreu às 12:32:16h, mais de 2 minutos depois, restando poucos segundos para fechar a prorrogação automática.
- Nesse intervalo, outro participante - Atendo Distribuidora Atacadista e Serviços Sociedades Unipessoal - ofertou o valor R\$ 4,15, mas como o lance de R\$ 1,00 ainda estava ativo, esse novo menor lance não ficou visível aos demais licitantes.
- Quando o lance errado foi cancelado, faltavam segundos, impossibilitando reação.
- Assim que a sessão encerrou, a empresa solicitou reabertura, mas foi informada de que “o sistema é automático”.

2. Alegações jurídicas

A empresa afirma que houve:

- Falha procedimental.
- Comprometimento dos princípios da isonomia, competitividade e transparência (arts. 5º e 11 da Lei 14.133/2021).
- Falha do pregoeiro em não adotar medidas saneadoras (art. 17, §1º e cláusulas 6.7 e 6.13 do edital).
- Prejuízo direto devido ao atraso no cancelamento do lance incorreto, especialmente em momento decisivo.
- Amparo em entendimento do TCU (Acórdão 3121/2014) que admite reabrir disputa quando há prejuízo à competitividade por falhas do sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

3. Pedido

A empresa solicita:

1. Recebimento da intenção de recurso.
2. Reconhecimento da falha procedimental.
3. Anulação da etapa de lances e reabertura da disputa do item 73.

DO CONTRARRECURSO APRESENTADO:

Não houve apresentação de contrarrazões

DO JULGAMENTO:

Observados os ritos legais, após a manifestação desta Pregoeira, o recurso interposto, por tratar de matéria relacionada ao edital, será encaminhado à Procuradoria Geral do Município para análise e emissão de parecer.

Segue parecer (parte final) da Procuradoria Geral do Município (Assessoria Jurídica da Saúde):

“Entendo que o recurso não deve ser provido, uma vez que a recorrente poderia, no lapso temporal da apresentação de sua proposta até o término da sessão ter apresentado novo preço para o item, independentemente dos demais licitantes, não necessitando de que a Pregoeira reabra a sessão. Ademais, a empresa que ofertou o preço de R\$ 1,00, em 12:30:09 imediatamente informou que o lance era errado, em 12:30:15, ou seja, em 6 segundos de ter dado o lance, o que pode ser verificado na ata de sessão, o que se presume mero erro de fato para o item licitado, tendo sido cancelado a pedido, não necessitando que a Pregoeira cancelasse no registro de lances.

No mais, a recorrente não apresenta nenhuma prova de que houve erro no sistema informatizado de licitação – plataforma BLL Compras.

Deve se destacar que a licitação não era somente para um gênero alimentícios, mas para dezenas, 84 itens, não há razão para a prorrogação do prazo para o item, considerando as demais sessões para os itens restantes, o que demanda tempo, e, não tendo a empresa utilizado de seu direito de ofertar o preço menor dentro do prazo estipulado, o que poderia fazê-lo sem que esgotasse o tempo da proposta, não faz jus à solicitação de nova sessão para lances.

Diante do exposto, opino pelo desprovimento do recurso”.

Faço constar que o parecer completo da Procuradoria Geral do Município será disponibilizado na íntegra na aba “arquivos” na plataforma BLL Compras.

Considerações desta Pregoeira:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Após analisar o recurso interposto pela empresa PADARIA MAIS SABOR DO VALLE LTDA, e, levando em consideração o parecer emitido pela Procuradoria Geral do Município, passo ao julgamento final do presente recurso.

Observa-se que o recurso administrativo interposto pela empresa PADARIA MAIS SABOR DO VALLE LTDA decorre da decisão desta Pregoeira que habilitou, como vencedora do item 73, a empresa Atendo Distribuidora Atacadista e Serviços Sociedades.

Em breve síntese, a RECORRENTE, empresa PADARIA MAIS SABOR DO VALLE LTDA, alega prejuízo na disputa porque outro licitante inseriu um lance equivocado de R\$ 1,00, que permaneceu visível no sistema por alguns minutos, supostamente impedindo que percebesse um lance subsequente de R\$ 4,15. Pediu, por isso, a reabertura da fase competitiva, alegando falha procedimental.

Entretanto, o item o item 4.3 do edital exige que cada licitante acompanhe o sistema e confira os lances. O item 6.4.1 do edital prevê que o "licitante poderá, UMA ÚNICA VEZ POR LOTE, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro, nos casos de lance inconsistente ou inexequível", o que não foi feito pelo licitante, que preferiu solicitar à pregoeira esta ação.

O cancelamento do lance equivocado ocorreu dentro das regras normais do sistema, que registra automaticamente o novo lance independentemente de sua exibição imediata na tela. Ressalta-se que a própria recorrente reconhece ter recebido prorrogação adicional de dois minutos, período no qual poderia ter inserido novo lance, o que não ocorreu. Ademais, o pregoeiro não possui qualquer controle sobre a exclusão de lances ou sobre a velocidade de processamento do sistema, não podendo impedir, atrasar ou acelerar os efeitos decorrentes de lances e cancelamentos."

O item 7.10 do edital estabelece que, "durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante". No caso em análise, não houve qualquer falha sistêmica, travamento ou indisponibilidade, e a prorrogação automática de dois minutos funcionou corretamente. Assim, eventual falta de percepção do novo lance decorre exclusivamente da atenção do próprio licitante, uma vez que o edital lhe atribui a responsabilidade de acompanhar o sistema durante toda a sessão.

Para um entendimento melhor, abaixo segue trecho dos "registros da sessão do lote", disponíveis para os licitantes e de acesso público na plataforma BLL Compras, o qual contém registros detalhados do item em questão, reclamado pelo RECORRENTE. Esta aba apresenta todo o movimento do item/lote desde de sua publicação até o momento da homologação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

23/10/2025 12:30:02	LANCE	PADARIA MAIS SABOR DU VALLE LTDA (PARTICIPANTE 377)	4,19
23/10/2025 12:30:09	LANCE	ALEXANDRE TEIXEIRA VIRGINIO ME (PARTICIPANTE 413)	1,00
23/10/2025 12:30:15	MENSAGEM	ALEXANDRE TEIXEIRA VIRGINIO ME (PARTICIPANTE 413)	lance errado
23/10/2025 12:30:16	LANCE	ATENDO DISTRIBUIDORA ATACADISTA E SERVIÇOS SOCIEDADES UNIP ESSOAL (PARTICIPANTE 494)	4,15
23/10/2025 12:30:24	MENSAGEM	ALEXANDRE TEIXEIRA VIRGINIO ME (PARTICIPANTE 413)	favor desconsiderar
23/10/2025 12:30:53	MENSAGEM	PADARIA MAIS SABOR DU VALLE LTDA (PARTICIPANTE 377)	solicita cancelamento no botao
23/10/2025 12:31:27	MENSAGEM	ALEXANDRE TEIXEIRA VIRGINIO ME (PARTICIPANTE 413)	não aceita
23/10/2025 12:32:08	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	O lance do PARTICIPANTE 413 no valor de 1,00 foi cancelado.
23/10/2025 12:32:16	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ATENDO DISTRIBU IDORA ATACADISTA E SERVIÇOS SOCIEDADES UNIPESSOAL

Fonte: Parte de registros da sessão do lote do PE nº 016/2025, disponível na plataforma BLL Compras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Observa-se que, até às 12:30:02h, a disputa tinha a 'Participante 377' como previamente vencedora, com lance de R\$ 4,19. Às 12:30:09h, a 'Participante 413' inseriu equivocadamente um lance de R\$ 1,00, solicitando imediatamente seu cancelamento. Após esse lance errado, a 'Participante 494' apresentou um lance intermediário de R\$ 4,15 às 12:30:16h, o que, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, prorrogou a disputa por mais dois minutos. Nesse contexto, o recorrente também poderia, assim como a outra licitante, ofertar lances intermediários, ressaltando-se que, a cada lance ofertado — seja ele o menor ou intermediário — o sistema automaticamente prorroga a disputa do item por mais dois minutos.

Importante ressaltar que a solicitação da recorrente para concessão de prazo adicional após o cancelamento do lance equivocado não encontra amparo nos regulamentos aplicáveis, os quais são claros ao estabelecer que a prorrogação do tempo ocorre exclusivamente em razão da oferta de lances, e não em decorrência de seus cancelamentos."

Importante ressaltar, ainda, que esta Pregoeira não pode ser responsabilizada pelos lances ofertados pelos participantes. **A condução de um procedimento licitatório envolvendo 84 itens é extremamente exaustiva e demanda elevada atenção desta Pregoeira e de toda a equipe. A etapa de lances iniciou-se às 10:01:56 e encerrou-se às 12:28:29, totalizando cerca de duas horas e meia de disputa, com a participação de 16 empresas. Durante todo esse período, foram gerenciados simultaneamente 84 itens e 84 chats, de modo que, enquanto alguns itens ainda se encontravam em disputa, outros já avançavam para a fase de habilitação, exigindo atuação contínua, cuidadosa e ininterrupta.**

Por fim, ressalto os itens 6.4 e 6.4.1 do edital, que tratam exatamente do ponto ora exposto: a responsabilidade exclusiva do licitante pela formulação e confirmação de seus próprios lances.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4.1. licitante poderá, UMA ÚNICA VEZ POR LOTE, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

Da análise dos fatos narrados no recurso e dos registros constantes na ata do sistema, não se verifica qualquer violação aos princípios da isonomia, transparência ou competitividade. Ao contrário do que a recorrente sustenta, não houve falha sistêmica, erro material, indisponibilidade da plataforma ou prejuízo à dinâmica da disputa, mas apenas a percepção equivocada da própria licitante, que deixou de acompanhar corretamente os lances registrados.

O sistema funcionou dentro da normalidade: o lance de R\$ 1,00 — evidentemente equivocado — foi cancelado dentro do fluxo operacional usual, e antes do cancelamento já havia sido ofertado um lance intermediário de R\$ 4,15, o qual automaticamente prorrogou a disputa por mais dois minutos, conforme previsto no edital e no sistema. Assim, os licitantes, inclusive a recorrente, tiveram oportunidade plena de ofertar novos lances, sendo certo que outros participantes efetivamente assim o fizeram.

Importante assinalar que o edital, em seu item 7.10, estabelece que os licitantes são informados, em tempo real, apenas do menor lance registrado, sendo vedada qualquer identificação de quem o ofertou. O sistema, portanto, não exibe todos os lances intermediários, mas apenas o menor lance vigente, o que corresponde exatamente à lógica legal da etapa competitiva. Desse



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

modo, o fato de determinado lance não ter aparecido visualmente no painel não configura falha, mas sim a forma normal de funcionamento da ferramenta utilizada.

Também não há como imputar à Pregoeira suposta demora para o cancelamento do lance equivocado. A Pregoeira não possui controle sobre a velocidade de processamento do sistema, tampouco pode acelerar, atrasar ou manipular o trâmite automático da plataforma, razão pela qual não se sustenta a alegação de falha procedimental. Ademais, como demonstrado, a recorrente dispunha de tempo suficiente para reagir à prorrogação automática gerada pelo lance intermediário, mas não apresentou qualquer oferta, apesar de absolutamente possível.

Quanto à jurisprudência citada pela recorrente — Acórdão nº 3121/2014 – TCU — observa-se que ela não se aplica ao presente caso, pois o Tribunal admite a reabertura da disputa somente quando comprovada falha do sistema ou erro material capaz de comprometer a igualdade entre os licitantes, hipótese que não se verifica. No caso concreto:

- não houve erro material, pois o lance de R\$ 1,00 foi prontamente identificado como equivocado pelo próprio ofertante e cancelado conforme o procedimento natural do sistema;
- não houve falha técnica, já que o sistema registrou e processou corretamente todos os lances, inclusive o intermediário;
- não houve prejuízo à competitividade, pois outro licitante conseguiu ofertar novo lance dentro do período prorrogado, o que demonstra que a disputa estava operacional e plenamente acessível a todos;
- não houve omissão da Administração, pois a plataforma operou com total conformidade e a Pregoeira conduziu o certame nos exatos termos legais e editalícios.

Assim, não estão presentes as condições excepcionais que justificariam a reabertura da fase competitiva, diferentemente da situação analisada no acórdão mencionado. No caso concreto, o que ocorreu foi mero equívoco de percepção da própria recorrente, que é responsável pelo acompanhamento contínuo do sistema, conforme próprias regras editalícias.

Conclui-se, portanto, que não houve violação aos princípios da isonomia, competitividade ou transparência, tampouco irregularidade procedimental que justificasse a anulação da etapa de lances. O certame transcorreu regularmente, com observância integral da legislação e do edital.

A Procuradoria Geral do Município, opinou pelo desprovimento do recurso administrativo interposto pela empresa PADARIA MAIS SABOR DO VALLE LTDA, entendendo o recurso não merece provimento, pois a recorrente poderia ter ofertado novo lance dentro do prazo disponível, independentemente dos demais participantes, não havendo necessidade de reabertura da sessão. O lance de R\$ 1,00 foi imediatamente reconhecido como erro pelo próprio licitante e cancelado conforme o procedimento normal, configurando mero erro material sem impacto na disputa. A recorrente não comprovou qualquer falha no sistema da plataforma BLL Compras. Além disso, tratando-se de licitação com 84 itens, não há justificativa para prorrogação específica do item, especialmente porque a licitante deixou de exercer seu direito de cobrir a oferta dentro do tempo regulamentar.

Por todo exposto, informo que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

O princípio da vinculação ao edital impõe interpretação estrita de suas cláusulas, de modo que não compete ao gestor ampliar, flexibilizar ou criar requisitos não previstos expressamente. Da mesma forma, na fase recursal, não é possível reinterpretar o edital ou ampliar o seu alcance, em observância aos princípios da vinculação e da preclusão.

As alegações apresentadas pela RECORRENTE, no sentido de que teria ocorrido falha procedimental capaz de comprometer a isonomia e a competitividade do certame, não procedem, seja pelo exposto anteriormente, seja pela ausência de fundamento técnico ou jurídico que lhes dê suporte.

O edital estabelece de forma clara que cada licitante é responsável por acompanhar o sistema e conferir os lances registrados, consignando, ainda, que durante a sessão pública todos os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ofertado.

No presente caso, não houve travamento, queda do sistema ou qualquer impedimento técnico. Verificou-se apenas percepção equivocada por parte da empresa. Assim, o Acórdão TCU nº 3.121/2014, mencionado pela RECORRENTE, não se aplica à situação em análise.

Por fim, cumpre informar que:

- O edital (itens 4.3, 6.4.1 e demais disposições pertinentes) atribui ao sistema da BLL a condução automática dos lances, cancelamentos e prorrogações.
- Não há previsão de intervenção manual do pregoeiro para exclusão de lances.
- A exclusão do lance equivocada ocorreu dentro do fluxo normal de processamento do sistema.
- Não houve falha sistêmica no sistema.
- A prorrogação automática de 2 (dois) minutos foi regularmente acionada, assegurando nova oportunidade de disputa entre os licitantes.
- A alegação de que a empresa não visualizou o novo lance traduz mera percepção da recorrente, não configurando prejuízo à competitividade.
- Não se verificou violação aos princípios da isonomia, transparência ou julgamento objetivo.
- O Tribunal de Contas da União somente admite a reabertura da disputa quando comprovada falha do sistema, o que não se constatou no presente caso.

Diante de todo o exposto, verifica-se que não há qualquer falha procedimental ou sistêmica que justifique a reabertura da etapa de lances ou a revisão dos atos praticados. As alegações apresentadas pela RECORRENTE carecem de suporte técnico e jurídico, limitando-se a percepções subjetivas que não caracterizam prejuízo concreto à isonomia, à competitividade ou à lisura do certame.

Assim, **opino pelo INDEFERIMENTO do recurso**, mantendo-se íntegros os atos praticados e o regular prosseguimento do Pregão Eletrônico.

DA DECISÃO

Ante o exposto, esta Pregoeira/Agente de Contratação, que tem o dever de cumprir o que lhes foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, através da Comissão de Equipe de Apoio do Pregoeira/Agente de Contratação, nomeada pela Portaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

G.P. nº 396 de 31 de julho de 2025, **INFORMA** que em referência as alegações apresentadas e da análise realizada nas razões e por todo o exposto dos autos, **DECIDE**:

CONHECER o recurso interposto feito pela empresa **PADARIA MAIS SABOR DO VALLE LTDA**.

ACATAR, o parecer da Procuradoria Geral do Município, diante das informações apresentadas.

OPINAR, pelo **INDEFERIMENTO** do recurso administrativo interposto pela empresa **PADARIA MAIS SABOR DO VALLE LTDA**, julgando-o improcedente e mantendo-se a decisão que classificou e habilitou a empresa Atendo Distribuidora Atacadista e Serviços Sociedades Unipessoal no lote 73 do certame em epígrafe, por estar sua proposta em conformidade com o edital e a legislação vigente.

DETERMINAR o encaminhamento dos autos à autoridade superior, Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito, para deliberação.

APÓS, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, e seja publicada nos veículos de comunicação: Diário Oficial do Município, portal da transparência e PNCP, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

É a decisão.

São José do Vale do Rio Preto, 02 de dezembro de 2025.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO

Pregoeira/Agente de Contratação